



CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

Conselho Episcopal de Pastoral – 10ª Reunião

Brasília - DF, 25 a 27 de setembro de 2012

Análise de Conjuntura – Setembro de 2012

Apresentação

A análise de conjuntura se inicia com o âmbito internacional colocando em relevo as profundas repercussões da crise financeira na Europa, colocando em cheque o projeto da “Comunidade Europeia”, no qual a adoção de uma moeda única, o *Euro*, era apenas um primeiro passo. Na sequência, apresenta-se o cenário político onde se desenvolve as eleições americanas e a guerra real e midiática na Síria, que entra num impasse geopolítico.

Em nível latino-americano e caribenho, destaca-se no Chile, Paraguai e Peru situações de conflitos e lutas por direitos. Na Colômbia, a esperada possibilidade de construção de paz entre o Governo e as FARC. Encerrando, lembra-se a repercussão que ainda tem nas redes sociais, na internet, do discurso do presidente do Uruguai Mujica na Rio+20.

O financiamento público se coloca como um elemento importante na Reforma Política, a partir da análise do nível nacional, no contexto das eleições municipais. Em seguida apresenta-se o diagnóstico do encarceramento em massa que tem ocorrido no Brasil, que poderá ser agravado se aprovada a proposta de Reforma do Código Penal em tramitação no Congresso Nacional. Este nível de análise se conclui com a menção às várias iniciativas populares em curso no país.

A realização do Grito dos Excluídos 2012 e a sua conexão com a 5ª Semana Social Brasileira, propondo um modelo de Estado: “Queremos um Estado a serviço da nação e que garanta os direitos de toda a população” é o tema abordado no âmbito dos movimentos sociais.

As notícias do Congresso trazem informações sobre: a votação do Código Florestal, a tramitação do novo Código Penal, a atuação da Comissão da Verdade, o resultado das votações do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, a discussão sobre publicidade voltada para o público infantil e a grave situação de violação dos Direitos Humanos em Goiás.

Como anexo esta análise traz um artigo do Economista Guilherme Delgado sobre a política de desoneração da folha de pagamento de setores produtivos e sua repercussão na garantia do financiamento dos Direitos Sociais no país.

Internacional

Mercados financeiros, “crise” na Europa

Os mercados financeiros estão satisfeitos. O tribunal de Karlsruhe aprovou o *mecanismo europeu de estabilidade* que permite ao Banco central europeu a compra limitada das obrigações dos Estados. O Banco central norte-americano, o *Fed*, vai injetar mensalmente 40 bilhões de dólares na economia pelo resgate de títulos lastreados em créditos imobiliários. Ao mesmo tempo, os mercados financeiros exigem dos governos a imposição de políticas de austeridade, quando o acento deveria ser posto sobre a retomada do crescimento, o que melhora sua situação orçamentária. Essas medidas parecem contraproducentes, pois, depois da aplicação de medidas de austeridade para Espanha, uma agência de avaliação rebaixou a nota do país, temendo uma queda no crescimento! Não está ficando claro aonde vai a economia dos países europeus.

Pouco a pouco a Comissão europeia está se convencendo da necessidade de controlar os bancos pela imposição de regras em termos de fundos próprios, endividamento e liquidez dos bancos, arraigando o princípio “*too big to fail*”, quer dizer “grande demais para falir”. Os bancos cometeram erros fraudulentos que contaminaram o setor bancário e abalaram as finanças dos Estados que os socorreram. Bancos violaram mais de uma vez a lei, mentiram à justiça, manipularam a taxa Libor, utilizaram informações privilegiadas, martirizando povos como os da Espanha e da Grécia. Hoje, dirigentes de grandes bancos condenam a corrida à ganância e pregam uma nova cultura mais responsável. A autorregulação proclamada parece ter cumprido seu tempo.

Para a *zona euro*, significa uma primeira etapa rumo à futura união bancária europeia, mas ainda suscita reticências, sobretudo, na Alemanha. Para dirigentes políticos como alemães e Republicanos dos Estados Unidos, a ação pública só pode ser nefasta. Para os protagonistas deste *ordoliberalismo*, importa enquadrar o papel do Estado numa constituição econômica em fase de ratificação pelos Estados da União Europeia (o tratado sobre a estabilidade, coordenação e governança – TSCG) que comporta dispositivos recessivos e contraproducentes. A crise atual manifesta-se tanto por uma rarefação das oportunidades de investimento, como pelo empobrecimento da demanda de capitais. Na Europa, os países considerados os menos arriscados, como Alemanha e França, estão se beneficiando de juros negativos em detrimento de países considerados como mais arriscados, Grécia, Espanha e Itália que sofrem com juros altos. É possível entender neste quadro porque Alemanha estava se opondo a qualquer projeto de criação de eurobônus.

O sistema atual não pode assegurar a viabilidade de uma moeda comum. Uma federação europeia com eleição ao sufrágio universal é a única saída. No lançamento do euro, a moeda única foi aclamada como nova etapa maior no processo da construção europeia. Doze anos mais tarde, parece que o euro é uma das chaves da crise grave que faz populações de países fundadores da União virarem eurocépticos. Os dirigentes europeus não souberam, nem quiseram se comprometer no caminho de uma união econômica e orçamentária exigida pela moeda única. Num ambiente favorável, não havia nada a temer. Mas para os eurocépticos a questão a saber é se a *zona euro* seria capaz de fazer face a um choque ou crise dentro de um país. Na verdade, foi criado um sistema que não pode gerir os choques. É isso que está acontecendo.

Para resolver problemas de dimensão europeia, os dirigentes políticos privilegiaram o método intergovernamental em detrimento a uma aproximação comunitária. Assiste-se a uma plêiade de cúpulas europeias sem efeito decisivo, em vez de voltar ao caminho mais comunitário dos países fundadores na criação da CECA. A União Europeia vive um *kairós*, se tiver a audácia de dar um salto qualitativo e passar com aqueles que o desejam a uma forma de federação europeia, incluindo entre outras coisas a eleição de um presidente pelo sufrágio universal. Federação e federalismo eram palavras tabus no cenário político. Mas a conjugação das crises do euro, da dívida soberana e do setor bancário recolocou a ideia federativa na mesa. Pois, nem novas legislações, nem fundos de salvamento, nem iniciativas do Banco central europeu conseguiram fazer sair a Europa do buraco.

Assim, está nascendo a consciência da necessidade de dar um passo federativo a mais para realizar uma verdadeira união econômica e orçamentária, união política com um sistema de defesa coerente. Não se trata de criar um “*super-Estado europeu*”, mas uma federação democrática de Estados-nações que possam resolver seus problemas comuns através a partilha de soberania de tal modo que cada Estado e cada cidadão seja melhor equipado para viver seu destino. A união política volta a ser um pré-requisito antes de encarar a possibilidade de ir mais longe no domínio da solidariedade financeira entre Estados da *zona euro*.

Eleições americanas

Na luta eleitoral nos Estados Unidos, os Republicanos criticam Obama por não ter conseguido vencer o desemprego e a crise econômica. Na verdade, Obama deu centenas de bilhões de dólares aos bancos. Por outro lado, não ajudou os proprietários de casas. Sete milhões de famílias americanas perderam suas casas e são previstas mais de 3 a 5 milhões de perdas a mais. Obama defendeu mais os bancos que os donos de casas porque seus conselheiros eram articulados com o mundo financeiro e com os políticos que causaram a crise. Obama não quis afundar o barco e sua prioridade foi estabilizar a economia. Por outro lado, Obama teve que compor com o Congresso de maioria republicana. Por isso, ficou meio paralisado.

Obama chegou à presidência dos Estados Unidos no momento da crise econômica mundial que se traduziu em perdas de empregos e falência de milhões de proprietários imobiliários. O candidato republicano à Casa Branca, conhecido como sendo homem de negócios, enriquecido pelas finanças especulativas, escolheu como vice um “*ordoliberal*” que está querendo reduzir ainda mais os impostos sobre os altos rendimentos aplicando uma taxa máxima de 25%, nível mais baixo desde 1931 e longe do nível de 70% nos anos 80, quando o crescimento era mais forte que o aumento dos impostos. Não há evidência alguma de que aumento de imposto significa menos crescimento econômico. Mas diminuição de impostos significa corte nos gastos sociais e abandono ao privado ou à caridade da missão social do Estado. Além disso, os ricos em vez de ser taxados, emprestam dinheiro ao Estado para financiar o aumento dos gastos do governo particularmente no campo da defesa militar. Assim, os (muito) ricos e devedores do Estado estão se tornando credores do mesmo Estado e se enriquecendo cada vez mais.

O sistema eleitoral e político americano está nas mãos dos meios financeiros visto que deles dependem os dois partidos políticos. Outro ingrediente cada vez mais presente na vida política e, sobretudo, nas

campanhas eleitorais, é a instrumentalização da religião. No contexto internacional atual, o amálgama de fundamentalismos cristãos e islâmicos, de condenações moralizantes abrem o caminho a uma paranoia política e impedem qualquer discernimento político e espiritual que seja caminho de uma vida mais humana e justa.

Síria: uma guerra midiática e um impasse geopolítico.

A crise na Síria está demorando de forma dramática com seus massacres ao ponto de os governos ocidentais pensarem cada vez mais em declarar zona de exclusão o espaço aéreo do país com a delimitação no solo de corredores e espaços humanitários. O impasse parece total. Pois, a crise síria não se explica só por um confronto entre um poder ditatorial e o conjunto do país. Guerras paralelas estão atuando, o que complica o jogo de xadrez. Por um lado, há sem dúvida uma aspiração à liberdade e ao fim da ditadura. Por outro lado, a militarização da oposição induzida pelas ingerências exteriores e pela brutalidade do regime abriu fraturas profundas no povo sírio.

A mídia, ao lado do Exército Sírio Livre com seus padrinhos turcos, sauditas e qataris, invoca no massacre o sangue de manifestações pacíficas, defendidas por militantes pro democracia desprovidos de armas, munições e remédios. Embarçosa para o ESL, é a presença de Al-Qaeda como aliado. Por outro lado, a mídia oficial relata execuções bárbaras de soldados por terroristas que não estão levando uma guerra de liberação, mas uma guerra religiosa com o apoio das monarquias petroleiras do Golfo. Está em curso uma guerra regional contra o último regime árabe que faz parte do arco xiita de Beirute a Bagdá.

A população está ficando cada vez mais desorientada, pois está se sentindo manipulada pelos combatentes da oposição. Significativo é o massacre de crianças e mulheres em Houla por forças da rebelião, atribuído aos bombardeamentos governamentais pelas redes de comunicações do Golfo.

As tentativas dos enviados pelas Nações Unidas para interromper o conflito armado e sair pela negociação fracassaram por falta de vontade política das partes. O apoio do Irão, da Rússia e da China fez endurecer a posição do presidente Bachar Al-Assad, entretanto os ocidentais não fizeram nenhum esforço para pedir à oposição um cessa-fogo. Na verdade, o objetivo prioritário dos ocidentais é a queda do regime. É uma estratégia perigosa que se insere num jogo geopolítico onde os direitos humanos são instrumentalizados.

A única iniciativa mais credível é a do presidente Morsi do Egito que está querendo um grupo de quatro países (Egito, Irã, Arábia Saudita e Turquia) na expectativa de permitir uma negociação entre o poder e a oposição longe das partes estrangeiras à região. Será possível depois de tanto derramamento de sangue por todas as partes no conflito?

O papa no Líbano

No contexto acima, a visita do Papa Bento XVI ao Líbano neste mês, dias 14 a 16, foi profética. Seu discurso sobre os fundamentalismos, por exemplo, interpela a consciência política de todos, não somente no Oriente Próximo ou Médio. “Por que tantos horrores? Por que tantos mortos? Faço apelo à comunidade internacional; faço apelo aos países árabes para que, como irmãos, proponham soluções viáveis que respeitem a dignidade de cada pessoa humana, os seus direitos e a sua religião”, disse o papa para cerca de 350 pessoas no dia 16, em Beirute. Teme-se, no entanto, tratar-se de uma voz que grita no deserto. A curto prazo, um apelo à consciência humana e religiosa livre de todo tipo de fundamentalismo parece carecer de âncora política.

América Latina e Caribe *entre lutas por direitos e esperança de paz*

Lutas por reformas no sistema educacional no Chile

O Chile vive nova onda de manifestações e protestos por reforma no sistema educacional, sobretudo para aumentar o controle do estado e para que a educação seja gratuita. Uma das manifestações, uma marcha ocorrida em Santiago reuniu cerca de 150 mil pessoas. Mesmo não contando com uma adesão similar à do ano passado, o movimento se mostra vigoroso e espalhado por várias cidades. As manifestações contaram com apoio de outros movimentos sociais e sindicatos, estes interessados em ampliar a pauta de propor a convocação de uma Assembleia Constituinte. Ai todo já foram nove manifestações no ano passado e 05 nesse ano de 2012.

Manifestações no Paraguai

O Massacre de trabalhadores rurais em terra *Marina Cué*, departamento de *Canindeyú* no Paraguai em 15 de junho deste ano, que serviu de desculpa para o golpe contra o presidente Lugo. Este fato foi objeto de trabalho de uma Missão Internacional de observação dos Direitos Humanos. Formada por representantes de organizações sociais paraguaias e de outros países, estiveram reunidos de 05 a 11 de Setembro.

O relatório final da Missão Internacional ainda vai ser divulgado, porém o relatório parcial já dá indícios de que a situação fundiária e de expulsão do pequeno agricultor da terra constitui um problema crônico no Paraguai e que tal situação é que resultou no conflito e consequente massacre. O Paraguai carrega o título de país com a maior concentração de terras do mundo, onde 2,5% dos proprietários são donos de 85% das terras. O relatório preliminar apresenta uma série de recomendações ao Governo Paraguai, ao Ministério Público, ao Poder Judiciário e a governos de outros países e organismos internacionais.

Além desse processo, o Paraguai assistiu nesses últimos dias uma série de manifestações, sobretudo na Capital, destacando-se três: a manifestação dos professores, para, sobretudo, garantir o pagamento de salário mínimo a 16 mil professores que estão sem receber salário, a de desempregados, a da Confederação da Classe Trabalhadora, que reúne mais de 50 sindicatos reivindicando aumentos salariais. Por fim, a Semana da Semente que serviu para trabalhadores do campo manifestarem sua recusa em usar sementes transgênicas nos cultivos de Algodão e Milho.

Povos Indígenas no Peru

Relatório Alternativo 2012 sobre o cumprimento do Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Povos Indígenas da Coordenadora Nacional de Direitos Humanos (CNDDHH) do Peru alerta para o descumprimento do Convênio. O documento denuncia a ausência de uma base de dados oficial que contabilize a quantidade de indígenas existentes no país e que "25% do território nacional está concessionado à mineração. (...) O governo continua com a política extrativista impulsionada desde o governo de Fujimori e que segue gerando conflitos". O documento também aponta propostas como a modificação do artigo 7º da Lei de Consulta Prévia para que sejam considerados como povos indígenas os descendentes dos povos que habitam determinados territórios antes da colonização.

Paz na Colômbia

Está em curso na Colômbia um processo que pretende estabelecer a paz entre forças governamentais e Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Tendo origem nos conflitos em 1964 entre liberais e conservadores de um lado e camponeses do outro, as FARC recebeu posteriormente o apoio do Partido Comunista Colombiano. Quando ficou mais caracterizada a ação guerrilheira como opção continuada e as acusações de envolvimento com o narcotráfico, o Partido Comunista teria se distanciado. Em seu auge, a guerrilha chegou a ter 20 mil combatentes.

O processo de paz será mediado por representantes até o momento, de quatro países: Cuba, Venezuela, Noruega e Chile. A notícia da abertura do processo de negociação repercutiu no mundo inteiro e vários dirigentes de países saudaram positivamente a iniciativa. A Presidente Dilma foi informada diretamente pelo presidente Colombiano da abertura das negociações. Resta saber se as FARC terão condições de processar essa mudança histórica e se o governo da Colômbia cumprirá com medidas que facilitem a transição de forma pacífica, sem retrocessos como já ocorreu no passado com outros governos Colombianos.

Repercussões da participação do presidente Mujica do Uruguai na Rio+20

Continua a repercutir nas redes sociais o discurso do presidente do Uruguai José Pepe Mujica na Conferência Rio+20. Mujica é, talvez, o mais pobre presidente de um país, pois doa 90% de seu salário para ONGs. Vive de modo simples em um sítio na periferia de Montevideo Considerado por muitos como o melhor discurso da Conferência, é singelo, histórico e grandioso. Em um dos trechos afirma: *"O que aconteceria a este planeta, se os hindus tiverem a mesma proporção de carros por família, com os alemães? Teríamos como respirar oxigênio? (...) Estamos governando a globalização, ou é a globalização que nos governa? É possível falar de solidariedade e que "estamos todos juntos", em uma economia baseada na concorrência impiedosa? Até onde chega nossa fraternidade?"*.

Nacional

Financiamento público de Campanhas Eleitorais, um passo importante para a Reforma Política

Com o advento da Lei da Ficha Limpa (135/2010) e da Lei de Acesso a Informação (Lei nº 12.527/2011), que entrou em vigor em maio deste ano, torna-se cada vez mais necessário dialogar sobre o financiamento público de Campanha. Nos três estados brasileiros, onde juízes eleitorais obrigaram a divulgação dos financiadores das campanhas, percebe-se o "investimento" que fazem grandes empresas. É difícil acreditar que não serão beneficiadas de alguma forma, caso seu candidato seja eleito, de modo a serem como que ressarcidas pelo investimento.

A campanha do Voto Limpo promovida pelo TSE deu um passo importante porque prima pela consciência na escolha dos candidatos baseado na vida pregressa (história de vida) dos candidatos e na análise da viabilidade das propostas por eles apresentados. Ao lançar a campanha “Voto Consciente – Eleições 2012”, a CNBB se soma ao TSE nessa tarefa de conclamar os eleitores ao cumprimento de seu direito-dever de votar bem e, assim, contribuir para o fortalecimento da democracia brasileira. Todavia, quando começam as propagandas nos rádios e TVs é perceptível a diferença entre “candidatos” com farto financiamento privado de campanhas e os demais.

Os “Comitês 9840”, que fiscalizam e incentivam a aplicação da Lei 9840, que combate a compra de votos, multiplicam-se pelo país. Em muitos municípios, porém, percebe-se que candidatos têm “aprimorado” a compra de votos, pagando por “apoio eleitoral”, mascarada por meio da contratação de “cabos eleitorais” nas duas semanas anteriores à eleição, e de uma rede de apoios ofertados agora por meio de emendas parlamentares para os municípios da área de influência dos deputados federais e estaduais ou senadores.

O financiamento público para manutenção do funcionamento dos partidos já existe e tem regras claras, que podem ser questionadas, mas elas existem. Assim, caminhar para o financiamento público das campanhas eleitorais daria maior igualdade nas disputas, que ainda hoje sofrem grande influência do poder econômico, maculando a democracia brasileira. É mais um passo importante para a aprovação da sonhada Reforma Política no país.

Encarceramento em massa no Brasil

A Justiça Criminal no Brasil carece de um planejamento mais racional, no qual a prisão não figure como resposta única aos conflitos sociais e ceda passo a iniciativas mais razoáveis e voltadas à criação de oportunidades para os indivíduos, sem por em risco a segurança pública.

O Brasil ocupa a quarta maior população de presos do mundo, atrás somente dos Estados Unidos, Rússia e China. O número de presos em dezembro de 2005 era de 254.601, em julho de 2012 passou a 548.552, ou seja, mais que dobrou em seis anos, alcançando a cifra de 283 presos por cem mil habitantes¹, taxa elevadíssima para os padrões internacionais. O déficit de vagas no sistema prisional, por sua vez, é de mais 300.000 presos.

A Lei de Drogas, que entrou em vigor em 2006, sob o discurso da desencarcerar usuários de drogas, teve efeito contrário ao pretendido, haja vista ser a principal responsável pela explosão carcerária nos últimos anos. Entre dezembro de 2005 e dezembro de 2011, o número de presos por drogas saltou de 32.880, para 125.744. Quando comparado à população carcerária geral, presos por drogas representavam 10% em dezembro de 2005, em dezembro de 2011 eram 27%². A maioria formada por usuários ou pessoas envolvidas no comércio de pequenas quantidades. Esse contingente de presos compõe um extrato social específico, ingressa na prisão jovem, entre 18 e 25 anos de idade, negro, de baixa escolaridade, morador de periferia e com mínimas chances de ingressar no mercado formal de trabalho.³

Outra lei aprovada sob o discurso do desencarceramento, com efeitos contrários, é a recente Lei das Medidas Cautelares de 2011. Essa lei surgiu para desafogar as prisões de presos provisórios e permitir que réus respondam a processo em liberdade. Após um ano, o resultado foi o aumento da população de presos provisórios⁴. A principal razão tem sido a imposição de fianças elevadas a presos pobres como condição para a concessão da liberdade.

O crescimento acelerado da população prisional e a superlotação têm gerado condições aviltantes de vida no interior das prisões, onde a tortura campeia e não oferece sinais de desaparecimento. Relatório da Pastoral Carcerária divulgado em 2010 sobre tortura nas prisões de 20 estados revelou que a tortura está tão presente hoje, quanto esteve no passado.

Como reação à pressão internacional sobre as condições prisionais, no início de 2012, o Governo Federal anunciou o plano de melhorias do sistema penitenciário, pelo qual o divulgou investimento de 1,1 bilhões de reais na construção de novos presídios, e apenas 4,4 milhões no incentivo a alternativas penais. De outra banda, o governo não reservou recurso algum para a reintegração social de egressos do sistema prisional ou para políticas de redução da reincidência. Agregue-se a isso o fato de que o país não sabe o que fazer com os egressos e jamais produziu qualquer política consistente que os beneficie.

¹ Valor calculado com base em informações obtidas pelo Depen referentes a junho/2012 e pelo IBGE referentes a julho de 2012.

² Taxas calculadas a partir de informações obtidas do Depen

³ Cf. <http://www.nevusp.org/downloads/down254.pdf>

⁴ <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/07/lei-da-nova-fianca-completa-1-ano-mas-nao-reduz-lotacao-de-cadeias.html>

Essa política dedicada exclusivamente ao encarceramento em massa ignora três dados básicos sobre o controle do crime: o aumento em 10% da população prisional reflete em no máximo 4% de redução da criminalidade⁵; de que é a certeza da punição e não a severidade que inibe os indivíduos de praticar crimes⁶; e de que investir na redução da reincidência e meios comunitários de cumprimento da pena não somente favorece os indivíduos, mas também gera maior segurança para famílias, comunidades e a sociedade em geral, além de reduzir custos para o Estado com o encarceramento e policiamento. A inevitável conclusão é de que o Brasil não só pune muito, como também pune mal.

Iniciativas menos custosas que a prisão e mais humanas, voltadas à criação de oportunidades, por meio do uso de alternativas à prisão, investimento em programas de reintegração social e redução da reincidência ou mesmo em formas alternativas de solução de conflitos, como **justiça restaurativa**, têm sido colocadas em segundo plano nas ações dos poderes públicos, que optaram por priorizar medidas de incapacitação e confinamento em larga escala.

Por último, embora a legislação penal de emergência incida sobre todo o país, e seus efeitos perversos sejam sentidos de norte a sul, as demandas têm origem no Sudeste. Estudos recentes⁷ sobre a produção legislativa na área penal têm apontado que 60% das leis em segurança pública e justiça criminal oriundas do Senado e Câmara são de parlamentares do Sudeste; o Executivo detêm 42,9% da agenda na temática e o Congresso Nacional 54,8%, revelando que o Executivo detêm expressivo controle sobre o processo legislativo; as leis mais punitivas são majoritariamente provenientes do Executivo; elas tramitam mais rapidamente (inclusive por este fator) caracterizando uma legislação penal de emergência; as leis que ampliam direitos tramitaram (80%) de 1 a 5 anos e são originárias (73,7%) da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; as leis que criminalizam novas condutas tramitaram em média de 1 a 3 anos (57,9%) e tiveram como casa proponente igualmente o Executivo (47,4%) e o Congresso Nacional (47,3%).

Projetos de Leis de Iniciativa Popular

Os Projetos de Lei de Iniciativa popular são previstos no Artigo 14 da Constituição Federal de 1988 e regulamentados pela lei 9.709 de 1998. Para que seja apresentada ao Congresso Nacional, a Iniciativa Popular precisa da assinatura de, no mínimo, 1% da população eleitoral nacional. As assinaturas devem ser oriundas de pelo menos cinco unidades federativas com, no mínimo, 0,3% dos eleitores em cada uma dessas unidades. Em termos numéricos, a exigência é de aproximadamente 1,4 milhões de assinaturas. Os processos de coleta de assinaturas exigem capacidade de articulação e adesão social. Mas ao mesmo tempo têm grande alcance pedagógico e de formação política da população. Citem-se como exemplo os dois projetos de Lei ligados à questão eleitoral: a lei 9840/99, que versa sobre a compra de votos e o uso da máquina administrativa nos pleitos eleitorais, e a lei 135/2010, a conhecida lei da Ficha Limpa.

Apesar das intensas mobilizações os projetos de iniciativa popular são em geral adotados por um parlamentar ou por um grupo de parlamentares para viabilizar sua tramitação. Isso representa uma limitação no processo democrático brasileiro e subordina a intenção de milhões de brasileiros à tutela dos representantes do legislativo.

Hoje circulam pelo país alguns projetos significativos: Reforma Política; o projeto que destina 10 % do PIB para a saúde pública; o projeto que declara o Brasil livre da energia nuclear; o projeto da economia solidária, o projeto dos territórios das comunidades de pescadores artesanais. Vê-se que são iniciativas importantes em termos de potencialização da democracia, mas sobretudo porque respondem à preocupações e necessidades de um grande contingente da população, situações que por vezes não são preocupação dos poderes executivo e legislativo.

Não obstante sua seriedade e importância, estas iniciativas enfrentam alguns obstáculos como, por exemplo, a necessária coleta de assinaturas com comprovação de título de eleitor. Indica que o sistema de participação da população no Brasil deveria ser aperfeiçoado permitindo uma ação mais eficaz dos grupos sociais organizados. O Documento 91 da CNBB traz esta preocupação ao abordar a necessidade de uma profunda Reforma Política extrapolando a simples criação de regras eleitorais. Uma iniciativa urgente neste processo é a regulamentação do artigo 14 da constituição que prevê, além da iniciativa popular, a realização de plebiscitos e de referendos.

⁵ Cf. http://employees.oneonta.edu/ostertsf/ReconsideringIncarceration_VeraInstitute.pdf

⁶ Cf. http://sentencingproject.org/doc/Deterrence_Briefing.pdf

⁷ Campos; Marcelo da S. 2010. Crime e Congresso Nacional no Brasil pós-1988: uma análise da política criminal aprovada de 1989 a 2006. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas.

A Semana social Brasileira, que discute o papel do Estado, tem o desafio de acolher nos seus processos esta reflexão que vem sendo construída. Pensar 'outro' Estado implica em repensar suas origens e finalidades, perguntando se correspondem aos anseios atuais da maioria da população. Em outra perspectiva cabe postular a criação do fortalecimento de núcleos de poder popular que contribuiriam para arejar e tornar mais democrático o controle Estatal. O debate proposto pela Semana Social insere junto com a reflexão sobre o Estado o pensar também a sociedade e suas diferentes forças.

Movimentos Sociais

O Grito dos Excluídos 2012: O Estado que Queremos

Em sua 18ª edição, no último dia 7 de setembro, as mobilizações do Grito dos Excluídos levaram milhares de pessoas às ruas e praças de todo país, tendo como lema “*Queremos um Estado a serviço da nação, que garanta os direitos de toda a população*”. Com diversos tipos de manifestações e expressões culturais e religiosas, a iniciativa envolveu praticamente todas as capitais, além de dezenas de outras localidades e comunidades, com destaque para o evento realizado no Santuário de Aparecida, junto com a 25ª Romaria dos Trabalhadores.

De norte a sul do país, comunidades, pastorais e movimentos sociais, sindicatos, igrejas e organizações indígenas, quilombolas, portadores de deficiência, mulheres, entre outros, saíram às ruas para protestar e mostrar sua indignação diante deste modelo de economia que cresce, mas não distribui a riqueza, destrói a natureza e o meio ambiente.

Há 18 anos o Grito dos/as Excluídos/as se firma e se constitui como manifestação popular carregada de simbolismo, com muita animação e profecia apresentando uma nova forma para se comemorar o Dia da Pátria. E mais uma vez, apesar das dificuldades, constatamos que o 18º Grito foi um acontecimento nacional que aconteceu de forma descentralizada e neste ano chegou a novos municípios e comunidades que o realizaram pela primeira vez.

Grito dos Excluídos e Semanas Sociais Brasileiras sempre representaram duas iniciativas casadas. No pano de fundo das discussões sobre o Estado que temos e o Estado que queremos, o Grito contribuiu com sua programação costumeira. Privilegiou-se não tanto os *eventos*, e sim o *processo*: há um *antes*, de preparação, seminários e reflexão; depois, um *durante*, que ocorre na Semana da Pátria, com destaque para o Dia da Independência; e por fim, um *depois*, na avaliação, impacto e soma com outras entidades, movimentos e organizações em geral.

Na convergência entre as manifestações do Grito e os debates da 5ª SSB, importam menos os números do que as proposições que vão amadurecendo. Nesta perspectiva, a partir da avaliação das atividades da 18ª edição do Grito, poderíamos indicar quatro inflexões significativas, as quais vão simultaneamente criticando a forma de *Estado que temos* e delineando os contornos do *Estado que queremos*.

A *primeira* refere-se à superação do Estado autoritário, onde o domínio ou o comando cedem o lugar a uma discussão democrática, plural e dialógica. Parte-se do pressuposto de que a linguagem humana, a comunicação, por si só, já possui elementos de consenso para fundamentar um Estado de Direito. Este não pode furtar-se à crítica permanente e construtiva, a qual tende a engendrar canais e dispositivos democráticos novos e criativos.

Depois, em lugar de um *projeto de poder*, onde o objetivo é conquistar o posto e a ele agarrar-se, deve prevalecer um *projeto de nação*. Neste, é preciso levar em conta as necessidades básicas de toda a população, privilegiando as camadas de baixa renda. Não com políticas compensatórias, mas com políticas públicas de longo prazo. Disso resulta um novo mapa do processo político: emerge e se consolida uma rede de novas formas de associação que irão reforçar o protagonismo e a incidência da sociedade civil sobre o Estado.

Em terceiro lugar, a inflexão representa o desafio de passar de um Estado patrão, espécie de capataz dos centros decisórios da economia globalizada, para um Estado regulador dos interesses sociais, econômicos e políticos. Precisamos de um Estado de olhos voltados para as condições reais dos trabalhadores e suas famílias. Hoje a primazia do crescimento a qualquer custo entra em rota de colisão com um modelo justo, solidário e sustentável de civilização. Mais do que o crescimento, a ênfase deve recair sobre a distribuição da riqueza e dos bens.

Por fim, trata-se de avançar de uma democracia representativa, para uma democracia crescentemente participativa. Em outras palavras, mais direta e menos formal. Os chamados “representantes do eleitorado” na verdade o são apenas de seus interesses, quando muito das corporações a que pertencem. O corporativismo

entre os três poderes gera uma série de vícios que distorcem irremediavelmente o caráter participativo da democracia.

Notícias do Congresso Nacional

1. Código Florestal

A Câmara aprovou, no dia 18/09, a Medida Provisória 571/12, que corrige lacunas dos vetos da presidente Dilma Rousseff ao novo Código Florestal, principalmente sobre recomposição de áreas de preservação permanente (APPs). O texto retoma pontos considerados prioritários pelo governo que foram excluídos na votação do projeto do Código Florestal na Câmara, como a proteção de apicuns e salgados. A votação no Senado está prevista para esta terça-feira, 25/09.

A aprovação na Câmara exigiu muita negociação entre governo, ruralistas e ambientalistas. Por pouco não se chegava a um acordo entre os dois primeiros. Entidades como a WWF defendem que o Senado não vote a MP, deixando-a perder a validade no dia 8 de outubro. Segundo Kenzo Jucá, da WWF, “seria menos danoso para a legislação florestal, para a economia e para a segurança jurídica no meio rural, não votar esse texto. A aprovação no Senado seria uma chancela a uma legislação desfigurada, inaplicável na prática e formada por um conjunto de inconstitucionalidades”.

2. Código Penal

O Projeto de Lei do Senado 236/2012, que propõe a reforma do Código Penal, tem gerado muita crítica da parte de vários setores da sociedade. Elaborado por uma equipe de juristas, a pedido do Senado, o projeto está agora sob a análise da Comissão Temporária do Senado que, até agora, promoveu três audiências públicas. Várias emendas têm sido enviadas à Comissão. O prazo final de entrega das emendas, previsto inicialmente para 5 de setembro, foi prorrogado e termina no próximo dia 4 de outubro. Tudo indica, no entanto, que deverá ser prorrogado novamente.

O projeto tem despertado inúmeras críticas de juristas, especialistas e de várias organizações da sociedade civil. As críticas apontam, em primeiro lugar, o pouco tempo dado para a elaboração do projeto e, agora, o curto prazo para estudo e apresentação de emendas. É quase consenso de que, na forma como está o Código levará a um encarceramento em massa maior do que já existe no país, que já não tem estrutura para suportar os mais de 500 mil presos que possui. O aumento das penas e a desproporcionalidade destas também têm sido criticadas. Para muitos, ainda, o projeto do novo Código não favorece a reinserção do encarcerado e faltam-lhe princípios norteadores. Em audiência pública, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, defendeu que temas polêmicos sejam debatidos à parte e, só depois de se chegar a um consenso, sejam incorporados ao novo código.

Um grupo de juristas iniciou um movimento para derrubar o projeto. “São aberrações jurídicas. O conjunto está comprometido. Não se pode fazer emenda para resolver. O projeto foi feito no afogadilho e o professor Dotti se afastou diante desse açodamento”, disse o ex-ministro da Justiça, Miguel Rale Júnior. Em entrevista ele diz: “Os erros são tão graves e repetidos que não há possibilidade de aproveitamento, de fazer correções, emendas. Há um conjunto sem nexos, um conjunto normativo destituído de qualquer lógica ou sistema. São falhas e deficiências técnicas insuperáveis. Se você se espanta com um artigo, leia o seguinte. Fica cada vez pior. É preciso começar o trabalho do zero. A pobreza técnica é de tal ordem que só se pode rejeitar globalmente o projeto. Há uma imensa preocupação, tanto que todas essas entidades se uniram agora para pedir o sobrestamento da tramitação. Querem votar no Senado em 23 de outubro. É uma irresponsabilidade”.

3. Comissão da Verdade

A Comissão Nacional da Verdade publicou uma resolução no dia 17/09 restringindo as investigações aos crimes cometidos por agentes públicos ou a serviço do Estado. Assim, supostos crimes atribuídos aos opositores à ditadura não serão alvo de análise. Segundo informou, a Comissão vai investigar as atividades da chamada Operação Condor, aliança que teria sido estabelecida formalmente, em 1975, entre as ditaduras militares do Brasil, da Argentina, do Chile, Paraguai, Uruguai e da Bolívia para vigiar e até eliminar opositores. Em São Paulo, a Comissão fez uma reunião nesta segunda-feira, 24/09, para, entre outras decisões, acertar a cooperação entre o colegiado e a Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, instalada na Assembleia Legislativa de São Paulo. A exemplo desta, muitas outras Comissões da Verdade têm sido criadas nos estados e universidades. Seus trabalhos são importantes para colaborar com a Comissão Nacional da Verdade.

4. Conselho de Ética

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara arquivou no dia 18/09 as representações movidas pelo PSOL contra os deputados Marcos Medrado (PDT-BA) e João Carlos Bacelar (PR-BA), acusados de compra e venda de emendas parlamentares ao Orçamento. O conselho rejeitou por sete votos a três, o parecer do relator, deputado Ricardo Izar (PTB-SP), que pedia a abertura de processo investigatório contra Medrado. Já o relatório do deputado Sibá Machado (PT-AC), pelo arquivamento da representação contra Bacelar, foi aprovado por oito votos a dois do colegiado. Com isso, os dois parlamentares estão livres das representações movidas contra eles no Conselho de Ética.

5. Publicidade infantil

Desde 2001, os deputados discutem um projeto de lei 5921/01 que disciplina a propaganda de produtos infantis. Especialistas ligados ao processo socioeducativo de crianças e adolescentes são praticamente unânimes em afirmar que a publicidade direcionada ao público infanto-juvenil precisa de um controle maior do Estado. O principal argumento é o de que a autorregulamentação do setor e o próprio controle dos pais não são suficientes para evitar que a publicidade acabe tendo mais influência no desenvolvimento infantil do que a própria educação.

Dados do Painel Nacional de Televisores do Ibope, de 2007, mostram que as crianças brasileiras, entre 4 e 11 anos, passam, em média, cinco horas por dia em frente à TV. É mais tempo do que elas passam na escola (em média 4 horas).

6. Direitos Humanos em Goiás

Integrantes da Comissão de Direitos Humanos se reuniram no dia 04/09 com representantes do Ministério Público, da Assembleia Legislativa de Goiás e com o governador do Estado, Marconi Perillo, para apurar denúncias de ações de grupos de extermínio em Goiânia. Segundo o deputado Domingos Dutra (PT-MA) atualmente 38 pessoas estão desaparecidas em Goiás. Os parentes das vítimas apontam a ação de policiais militares. Em julho, o tenente-coronel da Polícia Militar de Goiás Wellington Urzêda pediu afastamento do cargo de gestor do Comando de Missões Especiais, por causa de denúncias de envolvimento com as ações de grupos de extermínio formados por policiais militares. Defensores dos direitos humanos denunciam que a questão de segurança no estado é muito grave.

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana também se reuniu em Goiânia, no dia 19/9, para avaliar as denúncias. A ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, disse que as denúncias sobre o envolvimento de policiais militares goianos em crimes como assassinatos e desaparecimento de pessoas são indício claro de que a população do estado está diante de circunstâncias de violência não apenas policial, mas também institucional. Segundo o Mapa da Violência, elaborado pelo Ministério da Justiça, o número de homicídios registrados no Estado subiu de 13,4 mortes em cada grupo de 100 mil habitantes, em 1998, para 29,4 assassinatos em cada 100 mil habitantes, em 2010.

Contribuíram para esta análise:

Pe. Thierry Linard SJ (Ibrades), Pe. Ari Antônio dos Reis, Daniel Seidel, Pe. Geraldo Martins, Gilberto Sousa, José de Jesus Filho, Paulo Maldos e Pedro Gontijo.

Anexo – Artigo sobre Desonerações

Política Social se enfraquece ao promover desonerações sem rumo

Por Guilherme C. Delgado

O governo Dilma vem tentando um caminho cheio de armadilhas fiscais naquilo que tem concedido em nome da melhoria de competitividade externa (da indústria principalmente), ou da garantia do nível de atividade interna de vários setores com problemas de realização (vendas). Com tais propósitos tácitos ou explícitos, o governo embarcou em verdadeiro festival de desonerações previdenciárias e tributárias, sendo o sistema de Seguridade Social (Previdência Social, Saúde, Assistência Social e Seguro Desemprego), destinatários de prováveis perdas de arrecadação, caso não haja o tão decantado efeito compensação macroeconômico -elevação da produção e do emprego, em decorrência dessa política (de desonerações).

Por razões didáticas vou me restringir a esse conjunto de desonerações recentes, que afetam o sistema de Seguridade Social, embora a lista de tributos e setores beneficiários ultrapasse de longe o campo das políticas sociais, a exemplo das desonerações dos investimentos, do capital estrangeiro, do imposto de renda para os mais ricos e conjuntamente do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) - para setores com atrofia de vendas conjunturais (indústria automobilística atualmente).

As desonerações mais recente no sistema previdenciário – sobre a Contribuição Previdenciária incidente em folha salarial, concedida a vários setores autorizados a substituí-la por uma contribuição sobre faturamento; conforme indicam estudos recentes da ANFIP (Associação Nacional de Fiscais da Previdência) – reduz substancialmente (ao redor de 40%) em termos estáticos o volume da arrecadação previdenciária dos setores beneficiados. Essas medidas recentes de desoneração ocorrem em adição ao conjunto anterior de desonerações do Sistema Simples e das Exportações (desoneração do COFINS). Ambas ocorrem sem garantias de compensação tributária, mas tão somente sob a crença de que haveria por esta via – aumento do nível de emprego, que compensaria dinamicamente as perdas estáticas. Esta por sinal, era a tese implícita da PEC 233/2008 (Reforma Tributária), que derrotada na tramitação legislativa do final do governo Lula, retorna agora fatiada, como se fora política anticíclica do governo Dilma.

Em matéria de política social parece faltar ao governo Dilma alguém que lhe oriente no sentido dos rumos da ação global de governo. O conjunto de medidas mais recentes compõe uma espécie de quadratura do círculo, em **dois movimentos**: reduz as bases de financiamento do setor público, ao mesmo tempo em que amplia normativamente o espaço dos direitos sociais (fiscalmente onerosos). Exemplos típicos do **primeiro movimento** são, desde o final do governo Lula: fim da CPMF, desonerações crescentes da Contribuição Previdenciária, renúncia de recursos fiscais por 30 a 35 anos, com a Lei de Previdência Complementar dos Servidores Públicos, caracterizados todos por apreciável perda de recursos públicos. Exemplos típicos do **segundo movimento** – ampliação do direito previdenciário às domésticas, novas inclusões previdenciárias com isenções do SIMPLES e regra consagrada no atual governo de reajuste do salário mínimo vinculado ao incremento do PIB, a que se soma por outras vias a forte ampliação da massa de segurados da Previdência Social (27 milhões de novos segurados entre 2000-2010). Todos esses exemplos do segundo movimento implicam em mais e não menos recursos para atender benefícios e serviços do sistema de seguridade social.

Uma palavra ainda precisa ser dita sobre política anticíclica, de inspiração keynesiana, que ao que parece a Presidente sente uma certa sedução. Não é apenas a sustentação da demanda macroeconômica que confere certa legitimidade ao receituário anticrise da política keynesiana, mas principalmente sua estruturação sob as bases de um acordo social, onde a política social tem claramente um sentido redistributivo, de claro apelo à melhoria da igualdade social

No caso presente parece se haver optado por enfraquecer a política social, retirando-lhe recursos essenciais à complementação das remunerações salariais - pela via dos direitos sociais. Em troca disto, se aposta numa fantasia – ‘despertar o espírito animal’ dos empresários, concedendo-lhes benesses de toda ordem. Mas essas benesses despertam muito mais o espírito de captura de rendas financeiras especulativas, quando se enfraquece a política social de sentido equalizador.